



A qualidade da informação no portal da Copa do Mundo 2014 elaborado pelo governo federal¹

Júlio César PENARIOL²

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, SP

RESUMO

Este trabalho pretende identificar a qualidade da informação disponibilizada pelo governo federal brasileiro no portal da Copa do Mundo FIFA 2014, ferramenta criada pelo poder público para se comunicar com usuários de todo o mundo a respeito da competição esportiva, que seria realizada no Brasil. Diante dos avanços das tecnologias de informação e comunicação, a internet tem se tornado cada vez mais um meio apropriado para aumentar o nível informacional das pessoas e, conseqüentemente, permitir que elas participem mais ativamente na elaboração das políticas públicas do seu país. E um evento como o Mundial de Futebol, em que os investimentos públicos feitos pelo país-sede para se organizar e se estruturar são da ordem dos bilhões, a transparência é um item mais do que essencial.

PALAVRAS-CHAVE: qualidade da informação; comunicação; internet; Copa do Mundo 2014; governo.

Introdução

O desenvolvimento das tecnologias digitais mostram a cada dia a capacidade interativa e informativa dessa ferramenta. O potencial da internet para aumentar o nível informacional das pessoas e, assim, permitir uma participação mais ativa na vida política do país é um assunto que vem sendo amplamente pesquisado por autores do campo da comunicação e de outras áreas. Os estudos mostram, no entanto, que, além da quantidade e da disponibilidade de acesso, a qualidade da informação é um requisito essencial para capacitar os usuários da internet e permitir a sua inclusão de maneira mais completa em uma sociedade democrática.

A informação de diagnóstico possibilita essa inclusão, pois carrega em si os antecedentes, as limitações, os desafios, as condições, os prazos e os possíveis resultados de qualquer decisão política que esteja em jogo, passando até mesmo pela possibilidade de ocorrer imprevisibilidades. Diante de informações com essa profundidade, o usuário pode avaliar as conseqüências de cada ação tomada pelo poder público. Este tipo de informação, porém, por conta de limitações estruturais, dificilmente poderia ser praticada pelos veículos de

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho da V Conferência Sul-Americana e X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação oferecido pela FAAC (Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação) da Unesp em Bauru, email: jcpenariol@bol.com.br



comunicação mais tradicionais, como rádio, televisão e meio impresso. Já a internet, com sua natureza hipertextual e seu desenvolvimento, seria um meio adequado para isso.

Por outro lado, a chamada imprensa comercial, mesmo em seus sites, por fatores que vão da equipe de profissionais por conta de cortes à falta de interesse, também não seria o meio mais apropriado para propagar a informação de diagnóstico. Assim, caberia aos sites elaborados pelo poder público investir na oferta de dados e notícias de qualidade. Seria o caso, por exemplo, do portal www.copa2014.gov.br, o site oficial da Copa do Mundo de 2014, elaborado pelo Governo Federal brasileiro. As notícias contidas ali deveriam explicitar os gastos públicos que o evento esportivo demandaria e permitir que os cidadãos participassem da tomada de decisão sobre onde e como investir essa verba. As matérias deveriam clarear os objetivos, as metas, os impactos provocados e outra série de informações a respeito do evento necessárias para a formação crítica dos brasileiros. Só assim estes poderiam fiscalizar o governo e avaliar se o legado deixado pela Copa valeu a pena.

O trabalho está dividido em três partes. Inicialmente, ele aborda as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação que permitiriam a participação do cidadão na vida política do país e como os governos poderiam utilizar essas ferramentas. Em seguida, discorre sobre a importância da informação de diagnóstico e o modelo com 14 categorias proposto por alguns autores para se avaliar a qualidade das informações em portais de governo. Depois, será apresentada uma análise baseada em dados empíricos sobre a qualidade das notícias veiculadas no portal www.copa2014.gov.br, em que verificou-se que elas não carregam a informação de diagnóstico e impossibilitam aos usuários avaliar a necessidade de um evento como a Copa no Brasil. Para isso, acompanhamos as notícias publicadas no referido site por um período de uma semana, em um total de 61 matérias. Considerações finais sintetizam as principais contribuições do texto para os estudos nesta área.

Democracia digital e as tecnologias de informação e comunicação

As tecnologias de informação e comunicação, as TICs, avançaram nos últimos anos e, aos poucos, vão deixando de ser ferramentas exclusiva de algumas pessoas para entrar na vida de bilhões de consumidores. Para exemplificarmos essa informação, em 2013, de acordo com a International Data Corp (IDC), cerca de 1 bilhão de smartphones foram vendidos em todo o mundo, um número 40% maior do que em 2012. A popularização deste e de outros aparelhos cresce gradativamente. Essas ferramentas mostram ainda um potencial técnico de interação mais abrangente e eficaz do que meios de comunicação mais tradicionais, como o rádio e a



televisão. Estudiosos acreditam que as possibilidades interativas horizontais demonstradas pelas novas tecnologias podem significar, nos próximos anos, uma maior participação das pessoas na vida política da sociedade em que vive. Assim, ações que antes estavam restritas aos atores políticos, agora estão, literalmente, nas mãos de muitas pessoas. (SILVA,2005)

Silva (2005) aponta também que boa parte da literatura a respeito da democracia digital reconhece o potencial interativo e comunicativo das TICs. Essa interação, inclusive, teria condições de interferir na relação das pessoas com o governo. Na visão dos estudiosos mais otimistas, o uso em larga escala das TICs teria o poder de modificar as relações sociais e políticas, e, segundo Silva (2005, p.452), possibilitar "maior fluxo de informação, reforçando laços comunitários, revigorando a participação do cidadão e gerando, com isso, novas formas de relações com o poder". Outros autores, porém, são mais pessimistas e desconfiam que as TICs apenas aumentarão o volume de informações consumidas. Assim, duvidam do alcance da intervenção transformadora destas ferramentas. Acreditam que a decisões políticas continuarão nas mãos dos atores políticos, longe da sociedade civil.

Para medir a profundidade de exploração da democracia digital pelo governo e verificar quem, na prática, entre otimistas e pessimistas, está com a razão, a literatura especializada fala na existência de graus em que as TICs podem estimular a participação das pessoas nos processos de produção e decisão política. Uma das gradações apresentadas pelos autores aponta a existência de cinco graus. O primeiro tem como característica a simples disponibilidade de informação e a prestação de serviços públicos. Ou seja, neste primeiro grau, há uma via de mão única na comunicação entre governo e cidadãos. O segundo grau diz respeito às consultas públicas, processos em que as tecnologias são usadas para coletar a opinião pública sobre determinado tema e aproveitá-la na hora de se tomar uma decisão. Transparência e prestação de contas são encontradas no terceiro grau, em que a democracia digital é fortalecida pela oferta de informações que edificam a cidadania, que esclarecem os passos dados pelo governo e permitem o controle público das políticas. No quarto grau existem processos que favorecem a discussão plena de temas da agenda pública entre representantes de todas as esferas da sociedade. Nesses mecanismos, as pessoas debatem os assuntos com o objetivo de chegarem a uma posição única, compartilhada por cidadãos e governo, e que desencadeará uma decisão política. Por fim, o quinto grau permite que a esfera civil tome as decisões políticas com a ajuda de mecanismos tecnológicos.

Portanto, nota-se que, quanto maior o grau, mais ativa é a participação cidadã. Aos poucos, os mecanismos de participação democrática possibilitados pelo desenvolvimento das novas



tecnologias de informação dão novas dimensões para o espaço público, permitindo que novos setores da sociedade colaborem na definição de políticas públicas mais condizentes com as necessidades atuais. Mas aproveitar o potencial destas tecnologias ainda não é uma prática comum para os governos. Segundo pesquisa realizada por Silva (2005) em 24 capitais com portais em operação na rede, o autor detectou a existência dos três primeiros graus de democracia digital. Elementos característicos do quarto e do quinto grau não foram observados. No trabalho, o autor notou que há a oferta de um bom volume de informações, mas que pouco permitiriam a formação de cidadãos mais críticos, pois não carregam em si a qualidade necessária para isso. Alguns sites apresentam ainda elementos de prestação de serviços, mas ligados principalmente a questões como pagamento de impostos, e não a questões como saúde e educação. Os portais possuem também um canal de comunicação direta com o cidadão, mas, pela avaliação que o autor fez, não se trata de um canal eficiente, que permite um feedback convincente. Por fim, canais de interatividade, ferramentas que possibilitem coletar a opinião pública e espaços para discussão e tomada de decisões políticas em conjunto são possibilidades ainda distantes nos portais analisados pelo estudioso.

De fato, o poder público deveria investir mais na comunicação horizontal com o cidadão. Segundo Rothberg (2008), teóricos afirmam que um governo não pode, sozinho, conduzir o processo de políticas públicas bem-sucedidas. É preciso incluir as pessoas na formulação das políticas e isso não significa perder autonomia sobre o processo em si. Pelo contrário, ao trabalhar com os desejos da comunidade, ouvindo, de maneira organizada, os diversos setores da sociedade, o governo consegue atingir maior eficiência na gestão pública. De acordo com Rothberg (2008, p.3): “A participação na definição de políticas, ao envolver setores centrais para a questão em debate, é capaz de reduzir resistências e, portanto, também os custos de implantação de medidas legais e administrativas.” Daí a importância de ferramentas que colem a opinião dos cidadãos, como consultas e fóruns online.

Informação de diagnóstico e o modelo de avaliação de portais eletrônicos de governo

Como já citamos, a quantidade de informação e a disponibilidade de acesso à internet são fatores que colaboram para a democracia digital, mas a qualidade da informação é, sem dúvida, um requisito fundamental para a inclusão dos usuários na sociedade e a participação dos mesmos na definição sobre as políticas públicas. Rothberg (2009, p.2) cita que parte da literatura indica que informação em excesso pode, de alguma maneira, “estar associada a mais dogmatismo e menor capacidade de compreender novos dados provenientes da dinâmica de



execução de políticas públicas.” Segundo o autor, é comum se pensar que, a partir de uma grande quantidade de dados, fatos e números sobre determinada política, a qualidade virá de maneira natural e os cidadãos estarão prontos para avaliar as ações tomadas pelo governo e, principalmente, para colaborar na elaboração de políticas mais apropriadas. Mas, na prática, algumas pessoas não estão prontas para assimilar um volume grande de informações, normalmente acessórias. Além disso, em determinadas situações, mesmo que sobre uma política se tenha disponibilizado uma enorme quantidade de informações, alguns dados mais relevantes e essenciais para a completa formação do cidadão ficam de fora.

É a partir daí que surge o conceito de valor de diagnóstico da informação, capaz de influenciar na habilidade de os cidadãos escolherem as melhores ações para cada política pública. A informação de diagnóstico, portanto, cita Rothberg (2009), é a informação abrangente, no sentido da qualidade de dados que ela carrega em si, e que permite avaliações embasadas sobre as consequências da adoção de determinada política. Ao se deparar com este tipo de informação, o cidadão tem à sua disposição dados sobre os antecedentes (contexto) e os pressupostos, os objetivos a serem alcançados, o público-alvo a ser atendido, os custos, os prazos, o alcance, os desdobramentos, os prognósticos, as consequências e tudo mais que ele necessitar para conseguir, de maneira clara, calcular os ganhos e as perdas proporcionados por uma política. E as novas tecnologias de informação podem ser utilizadas para ofertar a informação de diagnóstico, permitindo a formação de cidadãos mais capacitados.

As mídias mais tradicionais, seja por restrições de ordem estrutural, como a falta de mão de obra suficiente e qualificada, seja por restrições de ordem econômicas, como a estreita ligação com governos e empresas anunciantes, não reúnem condições para ofertar informação para cidadania. A internet, por sua vez, tem potencial para vencer essas barreiras. Ao mesmo tempo em que ela tem características como a hipertextualidade, o alcance e o menor custo de produção em relação aos outros veículos de comunicação, está menos sujeita a sofrer exploração comercial ou pressão desta natureza.

A literatura contempla maneiras de se medir o valor de diagnóstico de uma política pública. São pesquisas, em sua maioria, realizadas por autores estrangeiros, mas no Brasil existem também estudos que criaram metodologias para se avaliar a qualidade das informações provenientes dos portais eletrônicos de governo. Neste trabalho, utilizaremos a proposta de avaliação criada por Rothberg (2010), que construiu uma lista de 14 categorias de variáveis a serem consideradas na hora de se analisar a qualidade das informações que dizem respeito a políticas públicas. As variáveis são:



1. Antecedentes – verifica a profundidade dos dados disponíveis sobre o contexto econômico, social, político e ambiental que motivaram a criação de uma política.
2. Diagnósticos – a compreensão do problema que motivou a política é necessária para se criar um planejamento específico para enfrentá-lo, levando-se em consideração fatores como recursos materiais, financeiros e humanos existentes naquele momento. Assim, esta variável verifica a oferta de informações sobre o diagnóstico que fundamentou determinada política.
3. Objetivos – uma política possui objetivos definidos, muitas vezes idealizados, mas motivados por aspirações sociais bem fundamentadas. É este tipo de informação verificada nesta variável.
4. Metas – assim como objetivos, uma política tem metas definidas, que podem ser alcançadas por etapas. Aqui, é analisada a presença de números e projeções em relação às metas.
5. Recursos atuais – para executar uma política é preciso dimensionar e programar os recursos materiais, financeiros e humanos que serão despendidos ao longo do processo. Essas informações são analisadas nesta variável.
6. Ações atuais – a implantação de uma política pode ser feita em conjunto por várias secretarias, autarquias e empresas vencedoras de processos licitatórios. Para que isso funcione e saia do papel, é preciso que haja uma coordenação entre todas as partes envolvidas no processo. São esses os dados verificados nesta variável.
7. Recursos planejados – variável complementar à 5, observa as informações referentes aos recursos que serão necessários em um futuro determinado para a conclusão da política.
8. Ações planejadas - variável complementar à 6, verifica as informações sobre ações que serão necessárias em um futuro determinado para a execução da política por completa.
9. Eficiência – avalia a relação entre o esforço necessário para a implantação de uma política e os resultados colhidos após ela entrar em prática. Portanto, aqui é analisada a relação entre os recursos empregados (humanos, materiais, financeiros) e os objetivos alcançados.
10. Eficácia – a partir de números, estatísticas e outras informações deste tipo, esta variável verifica a relação entre os instrumentos utilizados em uma política e os resultados efetivos alcançados por ela.
11. Impacto (efetividade) – analisa as mudanças explícitas que uma política pública provoca na condição social da população atingida.
12. Custo-efetividade – a partir de informações sobre ações alternativas que poderiam ser adotadas na efetivação de uma política pública, verifica se as ações efetivamente adotadas foram as melhores opções.



13. Satisfação do usuário / Acesso a serviços públicos – avalia a qualidade do atendimento que o cidadão recebe do programa implementado. Para isso, são analisadas informações resultantes de pesquisas de satisfação ou a partir do retorno espontâneo das pessoas beneficiadas pela política. Esta variável também considera de a política em questão oferece recursos para que o cidadão se manifeste e ainda, o próprio acesso aos serviços oferecidos, ou seja, como participar dos benefícios propagados pelo programa.

14. Equidade – verifica se os benefícios ofertados pela política pública são distribuídos de maneira justa e compatível com as condições sociais e as necessidades dos cidadãos. Ou seja, trata-se de uma variável que avalia, a partir de informações comparativas, se os usuários atendidos por determinado programa realmente necessitam deste benefício.

Estas 14 variáveis serão analisadas em matérias disponíveis no portal do Mundial FIFA 2014 criado pelo governo federal brasileiro, como explicaremos nos tópicos seguintes.

O portal do Mundial da FIFA 2014

O Brasil foi anunciado como país-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 no dia 30 de outubro de 2007, durante eleição realizada pela Federação Internacional de Futebol Associação, a FIFA, entidade máxima responsável por regulamentar a prática do futebol no mundo. A competição, considerada um dos maiores eventos esportivos mundial ao lado dos Jogos Olímpicos, seria realizada entre os dias 12 de junho e 13 de julho de 2014 e organizada de maneira conjunta por três partes: a própria FIFA; a Confederação Brasileira de Futebol, a CBF, entidade que rege essa modalidade esportiva no país; e o Governo Federal Brasileiro.

As duas primeiras são entidades privadas e estão diretamente ligadas às seleções, às regras e à prática do futebol em si. Já o governo, como sabemos, é um ator público, responsável por oferecer toda a infraestrutura necessária para a realização do Mundial de Futebol, como transporte, rede hoteleira, segurança e estádios modernos. E justamente por ser um ator público é que se deve esperar do Governo Federal Brasileiro ações como a transparência total dos gastos públicos com o evento e a oferta das informações necessárias para que todo e qualquer cidadão acompanhe as ações e decisões do governo e, no fim, tenha critérios para definir se a realização da Copa no Brasil realmente trouxe benefícios ao país, o famoso legado que tanto se propaga pelos meios de comunicação.

Para comunicar-se com a sociedade a respeito do Mundial da FIFA de 2014, o governo elaborou o “Portal da Copa: Site do Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo FIFA 2014”, como ele mesmo se intitula. O site pode ser acessado pelo endereço



www.copa2014.gov.br e conta com versões em português, inglês e espanhol. No menu superior, o portal possui oito opções de conteúdo: Início / Torcedor / O Brasil e a Copa / Copa do Mundo / Sedes / Oportunidades / Notícias / Imprensa. Excetuando a opção “Início”, todos os outros sete itens trazem subdivisões em novas páginas. Algumas dessas subdivisões possuem ainda duas ou mais opções de links. Já no menu à esquerda, na home principal, são mais nove opções de conteúdos que podem ser acessadas: Balanços da Copa / Centros de Treinamento / Galerias de Imagens / História das Copas / Matriz de Responsabilidades / Obras: Acompanhe em Vídeos e Fotos / O Mundo se Encontra no Brasil / O Novo Portal / Resoluções do Gecopa. Enfim, no total, o internauta tem à sua disposição mais de uma centena de opções de abas e de links para clicar e se informar sobre os diversos assuntos relacionados à organização do Mundial 2014. São números, fotos, vídeos, PDFs, resoluções governamentais, dados e uma série de outros materiais referentes ao evento esportivo.

Este trabalho, como já foi citado anteriormente, tem por objetivo analisar o conteúdo das matérias publicadas na opção “Notícias”, presente não apenas no menu superior, mas também em toda a parte central do site, onde é possível visualizarmos as chamadas das últimas matérias postadas no portal. Para a análise, tomou-se como corpus empírico as 61 matérias publicadas no portal entre os dias 1º e 7 de dezembro de 2013. A escolha deste recorte deu-se porque foi ao longo desta semana que realizou-se o sorteio dos grupos, que definiu os primeiros adversários das 32 seleções classificadas para a disputa e todo o caminho que cada país terá que percorrer para chegar à final da competição. Era o evento mais aguardado antes da bola começar a rolar nos gramados, meses depois.

Tal sorteio, que foi um dos assuntos mais comentados pela imprensa de todo o mundo naquele dia, foi realizado no dia 6 de dezembro. Portanto, para a realização deste trabalho, optamos por analisar as matérias veiculadas a partir do dia 1º de dezembro, cinco dias antes do sorteio dos grupos, até o dia 7 do mesmo mês, um dia depois da definição das chaves, perfazendo exatamente uma semana de análise. Por ter sido um acontecimento mundial, esperava-se que no período anterior e posterior ao sorteio dos grupos, o portal da Copa trouxesse notícias completas, com qualidade, mostrando friamente a situação do Brasil até aquele momento em termos de organização e infraestrutura disponíveis para a competição.

Com base na metodologia utilizada por Rothberg (2010), cada uma das 61 notícias publicadas no portal do Mundial FIFA 2014 e analisadas neste trabalho foi caracterizada com um indicador para cada uma das 14 variáveis, entre “0” (ausência de informação), “1” (presença de informações superficiais, com até 400 caracteres com espaços, sobre uma política pública



ligada ao evento esportivo) e “2” (presença de informações mais completas e aprofundadas). Assim, uma notícia poderia obter, caso atingisse o indicador 2 em cada uma das 14 variáveis, um total de 28 pontos. O número de pontos realmente alcançado por cada matéria avaliada gerou um número percentual em relação ao total de 28 pontos, denominado aqui como Índice de Qualidade da Informação. A análise geral poderia atingir, portanto, 1708 pontos.

Após o preenchimento de uma planilha eletrônica, instrumento de pesquisa utilizado para avaliar as informações disponibilizadas em cada notícia em relação aos 14 itens definidos pela metodologia escolhida, a avaliação dos textos chegou a ínfima quantidade de 112 pontos, ou apenas 6,5% do total (1708), percentual chamado, como explicado, de Índice de Qualidade da Informação. Ou seja, em relação à qualidade de informação que seria essencial para esclarecer por completo as políticas públicas envolvidas na organização da Copa do Mundo 2014, as informações disponibilizadas pelo governo federal nas 61 postagens no portal criado para divulgar o evento avaliadas neste trabalho apresentam menos de um décimo do fator máximo. A pontuação alcançada na avaliação de cada notícia, em relação ao conjunto de 14 variáveis, variou entre 0 e 10 (Tabela 1). Para facilitar a leitura da tabela, vale explicar que cada notícia apresentada ali é traduzida pela letra N (notícia) e traz dois números agrupados a ela: o primeiro diz respeito à posição em que a notícia ocupou naquele dia (se foi a primeira a ser postada naquela data, a segunda, a terceira e assim por diante), enquanto o segundo, precedido do sinal de underline (_), refere-se ao dia de dezembro em que foi postada e varia de 2 a 7, já que no 1º dia do mês não houve qualquer postagem no portal do governo.

Nota-se que 25 das 61 matérias analisadas (ou 41% do total) ficaram com a pontuação mínima permitida (0), pois não traziam qualquer informação relacionada às políticas públicas referentes ao Mundial. Nelas constavam, apenas, dados que diziam respeito ao futebol em si, como a opinião de personalidades sobre os grupos sorteados para a disputa da competição.

Já a postagem com maior pontuação (10) foi a notícia de número 1 publicada no dia 5 de dezembro (N1_5). Com o título “Experiência em megaeventos amplia confiança na operação dos aeroportos durante a Copa”, a notícia obteve 1 ponto em 10 variáveis: “antecedentes”, “diagnósticos”, “objetivos”, “metas”, “recursos atuais”, “ações atuais”, “recursos planejados”, “ações planejadas”, “eficácia” e “impacto”. O trecho a seguir exemplifica algumas das variáveis encontradas: *“Além dos planos operacionais, que funcionaram bem durante a Copa das Confederações, para Guilherme Ramalho as obras de ampliação da infraestrutura são fundamentais. Na Copa das Confederações houve redução do tempo de retirada das bagagens, checkin, fila de imigração. Nosso trabalho até a Copa é entregar as novas*



estruturas'. Ao todo, estão previstas 30 obras para melhorias na infraestrutura aeroportuária até a Copa, sendo que um terço já foi entregue. Os investimentos nos terminais somam R\$ 6,3 bilhões.”.

Tabela 1.

NOTÍCIAS	VARIÁVEIS DE QUALIDADE	TOTAL DE PONTOS
N1_7	0	0
N2_7	0	0
N3_7	0	0
N1_6	9, 11	2
N2_6	0	0
N3_6	3, 5	2
N4_6	5	1
N5_6	0	0
N6_6	0	0
N7_6	5	1
N8_6	0	0
N9_6	3	1
N10_6	3	1
N11_6	0	0
N12_6	0	0
N13_6	3	1
N14_6	3	1
N15_6	3	1
N16_6	1	1
N17_6	0	0
N18_6	6	1
N19_6	1	1
N20_6	0	0
N21_6	0	0
N1_5	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11	10



N2_5	5, 6, 7, 8, 10, 11	6
N3_5	0	0
N4_5	3, 5, 6, 9, 10, 11	6
N5_5	0	0
N6_5	0	0
N7_5	5, 6, 7, 8	4
N8_5	0	0
N9_5	0	0
N10_5	0	0
N11_5	3, 5, 6, 7	4
N12_5	0	0
N13_5	6	1
N1_4	3, 8	2
N2_4	3, 6, 7, 8	4
N3_4	3, 8	2
N4_4	1, 3, 4, 5	4
N5_4	3, 6	2
N6_4	3, 6	2
N7_4	2, 3, 4, 6, 7	5
N8_4	2, 3, 4, 6, 7	5
N9_4	3, 6, 8	3
N10_4	3, 4	2
N11_4	3, 4, 8	3
N1_3	0	0
N2_3	3, 4, 5, 6, 7	5
N3_3	3, 4, 5, 6, 7, 8	6
N4_3	3, 4, 6, 7, 8	5
N5_3	2, 3, 4, 7	4
N6_3	0	0
N7_3	0	0
N8_3	0	0
N9_3	1, 3, 4, 10	4



N1_2	0	0
N2_2	3, 4, 5, 6, 7, 8	6
N3_2	3, 6, 7	3
N4_2	0	0

A variável “objetivos” foi a que mais apareceu nas 61 notícias avaliadas. Em 27 delas há informações, mesmo que superficiais (valor 1), sobre o que o governo pretende proporcionar aos cidadãos com as ações tomadas na organização da Copa do Mundo de Futebol 2014. Em seguida, a segunda variável mais presente foi “ações atuais”, verificada em 18 matérias, pois como o material aqui analisado envolve apenas matérias jornalísticas publicadas no link “notícias”, elas abordam justamente as ações pontuais que o governo tem tomado para realizar o mundial futebolístico.

Por outro lado, três variáveis – “custo-efetividade”, “satisfação do usuário” e “equidade” – não tiveram informações relacionadas a elas e não foram notadas em nenhuma das postagens do corpus analisado. Isso se deve pelo fato de o evento que motivou a criação do portal ainda não ter sido realizado, já que os jogos entre as 32 seleções serão disputados a partir de 12 de junho de 2014. Por isso, muitas das políticas públicas relacionadas à Copa do Mundo só poderão ser avaliadas em termos de custo-benefício e de satisfação das pessoas atendidas após a realização da competição esportiva. Só depois é que os brasileiros poderão apontar se o fato de o país ter se habilitado para sediar a competição e ter gasto bilhões para se estruturar e receber seleções e turistas durante 1 mês, trouxe benefícios na mesma proporção. Após ela, as informações menos frequentes foram as variáveis “eficiência” (apareceu em 2 notícias), “diagnósticos”, “eficácia” e “impacto” (4 cada), e “antecedentes” (5), conforme a Tabela 2.

Tabela 2.

VARIÁVEIS	NÚMERO DE MATÉRIAS EM QUE APARECE
antecedentes	5
diagnósticos	4
objetivos	27
metas	12
recursos atuais	12
ações atuais	18
recursos planejados	13
ações planejadas	11
eficiência	2
eficácia	4



impacto	4
custo efetividade	0
satisfação do usuário	0
equidade	0

Análise dos resultados

Destaque negativo para o baixo percentual de Índice de Qualidade da Informação alcançado pelo portal www.copa2014.gov.br, com apenas 6,5% da profundidade, da clareza, da importância e da abrangência fundamentais para capacitar o cidadão para não só avaliar as políticas públicas adotadas na gestão do Mundial, mas também para participar das decisões.

Como já foi citado, o portal criado pelo governo federal para se comunicar com pessoas de todo o mundo e mostrar o que está sendo feito em relação à organização do Mundial da FIFA 2014 possui, somente no menu superior, oito opções de conteúdo. E este trabalho se propôs a analisar somente algumas matérias publicadas em uma dessas opções, a denominada “notícias”. Pode até ser que outras áreas do portal destaquem informações de maior relevância e com mais qualidade para que os usuários participem de maneira efetiva das decisões a respeito das políticas públicas relacionadas ao evento. Mas, de maneira geral, as matérias publicadas em “notícias” não trazem informações com valor de diagnóstico. No corpus analisado, o governo não se preocupa em realizar a prestação de contas à sociedade.

Por exemplo, nas matérias postadas no dia anterior e na data exata do sorteio dos grupos da Copa do Mundo, em nenhum momento é citado o investimento realizado para organizar aquele evento específico, o porquê de Costa do Saúpe ter sido escolhida a cidade-sede do sorteio e o que os habitantes locais ganharam ou irão ganhar com isso. Assim, não aparecem variáveis importantes, como “antecedentes”, que verificaria a profundidade dos dados sobre o contexto econômico, social, político e ambiental que motivaram a escolha da cidade, ou “diagnósticos”, que explicaria o motivo da grandiosidade do evento e como se deu o planejamento criado para organizá-lo.

Outro exemplo de falta de informação de qualidade é quando o site traz, no dia 6 de dezembro (dia do sorteio), uma breve análise sobre as cidades-sede dos jogos. Mais do que dados sobre custo total da obra para se construir um estádio, a capacidade em termos de público destas arenas esportivas e os jogos que os torcedores poderão acompanhar ali, seria essencial que os usuários (e possíveis turistas) tivessem ao seu alcance, ao clicar em cada um dos links: informações socioeconômicas sobre a cidade; os motivos que levaram o comitê organizador do Mundial a escolher tal município como sede dos jogos; as melhorias na infraestrutura



(aeroporto, trânsito, rede hoteleira, hospitais, etc) que podem ter sido feitas nestas cidades e o detalhamento de todos estes custos (mostrando, inclusive, de onde veio toda essa verba, se do governo local, estadual, federal ou da iniciativa privada); os impactos ambientais, sociais e econômicos das obras; a projeção dos ganhos reais que a população local terá durante e depois que a Copa do Mundo passar pelo município, relatando se realmente esses ganhos são mais importantes do que outras melhorias que a população necessita. Ou seja, mais uma vez faltam informações sobre “antecedentes”, “diagnósticos”, “recursos atuais”, “recursos planejados”, projeções sobre a “eficiência” e o “impacto”.

Marques (2012, p.158) lembra que um dos maiores erros na elaboração de um veículo público para a prestação de contas à sociedade, como o portal da Copa 2014, é o de “escamotear as deficiências da organização diante de metas não alcançadas”. Ou seja, muitas vezes esses veículos fazem um esforço de comunicação e marketing enormes para esconder da opinião pública problemas que certamente outras mídias noticiarão. Desde a escolha do Brasil para sediar a competição, em 2007, até o fim de dezembro de 2013, muitas obras foram iniciadas no país com o objetivo de melhor estruturar as cidades que receberão os jogos. Durante este tempo, informações relacionadas a corrupção, uso indevido de recursos públicos em algumas obras, atraso em cronogramas, más condições oferecidas para os trabalhadores na construção dos estádios e outra série de denúncias foram noticiadas pelos veículos de comunicação chamados comerciais e repercutiram no mundo todo. Enquanto isso, o governo não se preocupou, na maioria das vezes, sequer em rebater as críticas e denúncias recebidas.

Parece-nos claro que os gestores do site analisado neste trabalho recusaram abordar vários destes temas citados pelo potencial negativo deles, por colocar a organização do Mundial em xeque e, conseqüentemente, afastar eventuais investidores e turistas. Da mesma forma, algumas informações de qualidade não foram abordadas nas matérias ou para não suscitar questionamentos sobre as políticas adotadas pelo governo na preparação do evento, ou simplesmente porque, como já foi citado, a Copa ainda vai ser realizada, entre junho e julho de 2014, ou seja, apenas após a disputa da competição é que variáveis como custo-efetividade, satisfação do usuário e equidade poderão ser, de fato, medidas.

Considerações finais

As tecnologias de informação e comunicação evoluíram e transformaram a maneira de os cidadãos consumirem notícias, sendo um caminho possível para promover a democracia digital, além de capacitar e incentivar as pessoas a participarem ativamente da elaboração de



políticas públicas. Mas o aproveitamento deste potencial das TICs, ao menos no portal da Copa do Mundo 2014 elaborado pelo governo federal, não foi aproveitado.

É claro que o potencial da internet para ampliar o nível de informação política dos cidadãos é limitado por alguns fatores. A falta de interesse das pessoas em acompanhar e participar de discussões mais aprofundadas, a falta de capacidade das pessoas em assimilar um grande volume de informações e mesmo a falta de habilidade dos usuários com a internet são apenas três exemplos. Podemos incluir, ainda, fatores estruturais. Apesar do Brasil ter cerca de 81 milhões de usuários de internet, conforme pesquisa divulgada no ano passado pelo Centro de Estudo sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic.br), 80% das pessoas que compõe as classes D e E, o que corresponde a 68 milhões de pessoas no país, nunca usaram a internet. Na zona rural, apenas 10% das casas estão conectadas a uma rede de internet, enquanto na zona urbana o índice também não é muito alto: 44%.

Esses e outros fatores podem até inibir a utilização das TICs por portais do governo, mas não deveriam. Pelo contrário, esses dados deveriam apenas servir de incentivo maior para que o poder público invista, cada vez mais, em discussões, informações de qualidade e oportunidades para quem deseja a se engajar nas políticas públicas. A Copa do Mundo de Futebol 2014 era uma ótima oportunidade para que isso acontecesse, mas os avanços em relação á formação de cidadãos mais críticos e participativos foram extremamente poucos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARQUES, JC. **O Mundial de Futebol de 2014 e a transparência: algumas abordagens sobre o sítio oficial do Governo Federal Brasileiro – o Portal da Copa.** In: Mídia e Cidadania: conexões emergentes. São Paulo, SP, 2012.

ROTHBERG, D. **Informação de diagnóstico, democracia e inclusão digital.** Liinc em Revista, v.5, n.1, p. 4- 18, 2009.

_____, D. **Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica.** Opinião Pública, v. 14, n. 1, p. 149-172, 2008.

_____, D. **Portais eletrônicos de governo e a contribuição da informação e da comunicação para a expansão da cidadania.** In: Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 34, 2010, Caxambu, MG, 2010.

SILVA, S. P. **Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras.** Opinião Pública, v. 11, n. 2, p. 450-468, 2005.